JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA SC. 7 DE ABRIL DE 2011

AL NOTÍCIAS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Impresso Especial
9912259023/2010-DR/SC
ALESC
CORREIOS

ED.388

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AUDIÊNCIA FAZ RADIOGRAFIA DA SAÚDE NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Correlação do atendimento ambulatorial com hospitalar e dificuldades de gestores dominam debate

FOTOS JONAS LEMOS CAMPOS

Autoridades, deputados e gestores de hospitais participam da reunião promovida pela Comissão de Saúde no Plenário Osni Régis

A Comissão de Saúde debateu, dia 6, a situação da saúde pública na Grande Florianópolis. A reunião culmina com um relatório, que pautará futuros encaminhamentos. Presidente da comissão, o deputado Voleni Morastoni (PT) lembrou que os problemas não são novos e vêm se acumulando nas últimas décadas, exigindo intervenção para não serem agravados.

Representante da Secretaria Estadual de Saúde, Valter Gomes Filho afirmou que o Executivo estadual está aplicando os recursos que obrigatoriamente devem ser destinados para o setor, mas reconheceu que o ônus maior tem ficado com os municípios. "A maior parte deles tem investido 20% ou mais de seus recursos". Acrescentou que o atendimento médico vem sendo penalizado pela chamada "judicialização da saúde". O estado, explica, vem sendo obrigado, por força de liminares, a fornecer medicamentos e tratamentos, o que custa anualmente cerca de R$ 50 milhões.

PÁGINAS 4 e 5

PROJETO QUE AJUSTA EXECUTIVO AVANÇA

Proposta que altera estrutura do Executivo passa pelas Comissões de Justiça e de Trabalho

PÁGINA 6

RETOMADO O FÓRUM DAS FERROVIAS

Deputados reinstalam grupo de trabalho, que tem a missão de discutir investimentos nos trilhos

PÁGINA 3

APROVADA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA AEROPORTO DA CAPITAL PÁGINA 7

O QUE HÁ LÁ FORA?

Viagens ao exterior são vistas, no Brasil, como farra. Isso é fruto, óbvio, da farra com que alguns poucos políticos trataram e vêm tratando a oportunidade de representar o país lá fora. Poucos políticos, eu disse. Porque desde que entrei no Poder Público venho encontrando homens sérios e responsáveis que veem nas missões internacionais a oportunidade de trazer dividendos ao país, bem como gerar intercâmbio social e cultural.

Em minhas viagens representando o Legislativo e ao lado de autoridades do Executivo e empresários, tenho presenciado e participado de grandes encontros que vem abrindo caminhos para o crescimento do país como nação democrática e respeitada. Na China e na Coreia do Sul, onde estive recentemente, o respeito ao Legislativo é imenso, somos vistos como verdadeiros avalistas das oportunidades em terras tupiniquins. Somos recebidos com honras de chefe de Estado e ouvidos como homens de valor e honra.

Ainda sobre a viagem ao Oriente, a China está disposta a investir no Porto de São Francisco do Sul, e fará isso de forma lícita, rápida e inexorável, trazendo melhorias que servirão não só a chineses, mas a todas as relações internacionais e mercantis que façam uso de nosso porto.

Se soubermos entender a importância dessas viagens e de nossa presença lá fora, conseguiremos aproveitar as oportunidades criadas e realizaremos, efetivamente, nossos papeis de homens públicos, representantes de interesses comuns e saberemos, enfim, honrar nossos papeis e mostrar ao povo que viajar para o exterior é ganho e não dano aos cofres públicos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (PP)

RODOVIAS DE SC PEDEM SOCORRO

Santa Catarina tem 62,5 mil quilômetros de rodovias, sendo o principal modal para escoamento da produção do estado e para o passeio das famílias. Construídas entre a década de 60 e 70 as rodovias atendiam as demandas do escoamento da produção de 30 anos atrás. Atualmente, nos deparamos com índices econômicos positivos, com investimentos públicos e privados em todas as áreas, com crédito disponível às empresas e aos consumidores. Desta forma, a produção de alimentos, de máquinas e serviços vem crescendo e a necessidade de investimentos em infraestrutura rodoviária e ferroviária é um dos grandes desafios.

As rodovias federais que cortam o estado são as mais criticadas, no entanto, são as que mais recebem investimentos. O Governo do Estado se preocupou nos últimos oito anos em construir os acessos para os municípios, mas não criou nenhum plano de recuperação das rodovias estaduais. Elas estão literalmente abandonadas.

Santa Catarina é o segundo estado brasileiro com maior número de acidentes de trânsito com mortes. Conforme levantamento da Polícia Militar Rodoviária existe 127 pontos críticos nas rodovias catarinenses.

A implantação do Fórum Parlamentar das Rodovias pela Assembleia Legislativa terá o objetivo de tratar dos problemas, manutenção, sinalização, segurança e instalação de balanças das rodovias estaduais e federais de Santa Catarina. Muito mais do que acompanhar, o Fórum será um fiscalizar e cobrará ações imediatas do governo do estado, além de projetos com recursos garantidos para recuperação das estradas.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (PT)

LANÇAMENTO DA 5ª AGROFEST

O prefeito em exercício de Canoinhas, Luiz Alberto Rincoski Faria (PMDB), ocupou a tribuna dia 5, a convite do deputado Antônio Aguiar (PMDB), para lançar a 5ª Agrofest, que acontecerá nos dias 8, 9 e 10 de abril, no Parque de Exposições Ouro Verde. Também estiveram presentes a rainha da Festa, Silmara Schostak, a primeira princesa Letícia Sell e a segunda princesa Janieli Caetano da Silva.

A Agrofest é o maior evento de agronegócio do Planalto Norte com várias atrações como seminários técnicos, shows nacionais e regionais, gastronomia típica e atividades culturais, além de exposições que valorizam os produtos da terra e das empresas locais. Este ano, a festividade coincide com o centenário de emancipação política de Canoinhas, acontecimento que deverá ser lembrado na programação.

Canoinhas, como destacou o prefeito interino, teve o privilégio de decidir pelo domínio barriga verde na Guerra do Contestado, episódio histórico que torna o município "catarinense por opção". Mais informações sobre a festa no site www.pmc.sc.gov.br

CARLOS KILIAN

Na tribuna, Faria narrou a história do município, palco do Contesta-

AGENDA DA SEMANA

Dia 12, 19 horas – Lançamento do livro "A Ferrovia no Vale do Itajaí - Estrada de Ferro Santa Catarina", de Angelina Wittmann
Local : Hall

Dia 13, 19 horas – Sessão especial em homenagem a Aderbal Ramos da Silva (in memoriam) pela passagem do centenário de seu nascimento
Local: Plenário Osni Regis

Mesa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: http://www.alesc.sc.gov.br
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas
Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães
Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares
Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim
Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso
Expedição: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

FRENTE PARLAMENTAR DAS FERROVIAS É REINSTALADA

Objetivo é resgatar discussão em torno de investimentos para revitalizar meio de transporte que faz parte da história de SC

A Frente Parlamentar Catarinense das Ferrovias foi reinstalada dia31 de março, na Assembleia Legislativa, com a presença de lideranças de todo o Estado. O deputado Dirceu Dresch (PT) e o deputado Antônio Aguiar (PMDB) foram aclamados coordenador e vice-coordenador, respectivamente. Ao final do encontro, que teve grande participação dos parlamentares da Casa, foi anunciada a elaboração de um calendário de eventos.

O coordenador afirmou que o Brasil acordou para a importância das ferrovias. "Agora é necessário tornar realidade obras importantes para Santa Catarina como o ramal interestadual norte-sul, ligando Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, e a Ferrovia Litorânea, ligação entre os portos de São Francisco do Sul, Navegantes, Itajaí e Imbituba".

Aguiar também lembrou que as ferrovias no Brasil têm sido deixadas de lado. "Sua revitalização é a única maneira de resolver o problema do transporte de tráfego pesado, desviando-o das rodovias. Hoje, o patrimônio da Rede Ferroviária Federal de Santa Catarina está sendo vilipendiado em todo o Planalto Norte, em cidades como Mafra, Canoinhas, Caçador e outros", disse Aguiar.

O deputado Darci de Matos (DEM) indicou seu colega de partido, deputado Jorge Teixeira, como representante da bancada democrata. Eles afirmaram ter grande interesse no trecho litorâneo que liga os portos catarinenses. "O Brasil é o único país onde a malha ferroviária encolheu", lamentou. O deputado Sargento Soares (PDT), que participou da mesma Frente no mandato anterior, chamou a atenção para a importância de acompanhar a construção do trecho Itajaí – Chapecó, e em fase de licitação.

Também demonstraram interesse de participar da Frente os deputados Dado Cherem (PSDB), Volnei Morastoni (PT), Sílvio Dreveck (PP) e Angela Albino (PCdoB). A deputada Luciane Carminatti (PT) prestou seu apoio à iniciativa, assim como o deputado Joares Ponticelli (PP). Ligar a estrada Teresa Cristina – uma linha isolada com apenas 16 quilômetros de extensão – a outro ramal foi o desafio apresentado pelo parlamentar: "Se não mudarmos o eixo de investimento as duplicações das BRs nunca serão suficientes", alertou Ponticelli.

LIDERANÇAS

Além do transporte de cargas, o de passageiros mobilizou a discussão. O tema foi levantado pelo membro da Comissão Pró-Ferrovias do Vale do Itajaí, Eldon Egon Jung. A Comissão defende ciclovias ao longo das ferrovias para o turismo ecológico.

O vice-prefeito de Blumenau, Rufinus Seibt (PMDB), falou do empenho da cidade em restabelecer as ferrovias Ele declarou que o projeto tem apoio da ACIB – Associação Empresarial de Blumenau. A Associação Empresarial de Itajaí (ACII) também enviou representante, assim como vários municípios interessados em restabelecer os trechos e recuperar os imóveis da rede ferroviária, abandonados ao longo dos anos pelas concessionárias.

JONAS LEMOS CAMPOS

Com a participação de lideranças, reunião elegeu Dirceu Dresch e Antônio Aguiar coordenador e vice, respectivamente

HISTÓRICO DO PROGRESSO

A primeira ferrovia brasileira foi inaugurada pelo imperador Dom Pedro II em 1854, com 14,5 quilômetros de extensão. O período entre os anos 1930 e 1960 foi o auge das ferrovias como o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias. Em 1958, no governo Kubitscheck, foi criada a Rede Ferroviária Federal S.A., centralizando a malha nacional, na época com cerca de 38 mil quilômetros.

Durante o governo militar, o sistema foi abandonado a ponto de retroceder à extensão da década de 1920: cerca de 25 mil quilômetros. A partir de 1996, a operação da Rede Ferroviária Federal S.A. foi transferida para a iniciativa privada. Atualmente, existem 28.522 quilômetros de linhas de tráfego no país.

RODOVIAS TAMBÉM EM PAUTA

Foi instalado, também no dia 31, o Fórum Parlamentar das Rodovias, composto por um representante de cada partido e sob a coordenação da deputada Luciane Carminatti (PT), eleita por unanimidade. A iniciativa tem como objetivo tratar dos problemas de manutenção, sinalização e instalação de balanças nas rodovias estaduais e federais. Segundo a parlamentar, "Santa Catarina é o segundo estado brasileiro com maior índice de acidentes de trânsito, temos que mudar esta realidade, tendo rodovias mais seguras e bem sinalizadas. Só em 2010 foram 190 mortes nas 20 rodovias mais violentas", ressaltou.

Na condição de convidado, o comandante da Polícia Militar Rodoviária, coronel Norberto Souza, disse que o tema é de extremo interesse da corporação. Após a instalação, os parlamentares já definiram as primeiras ações do fórum, entre elas o convite ao secretário de estado de Infraestrutura, Valdir Cobalchini.

JONAS LEMOS CAMPOS

Fórum que elegeu Luciane Carminatti presidente já define trabalhos

DEPUTADOS BUSCAM AJUDA FEDERAL CONTRA DROGAS

Após a audiência dia 5 no Ministério da Justiça, em Brasília, com a secretária Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD), Paulina do Carmo Duarte, natural de Lages, três deputados integrantes da Frente Parlamentar de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa, Ismael dos Santos (DEM), Luciane Carminatti (PT) e Maurício Eskudlark (PSDB), avaliaram a reunião satisfatória e com saldos positivos para Santa Catarina. Durante o encontro foram apresentados projetos a serem implantados no estado e discutida a viabilidade de recursos federais, destinados à prevenção e tratamento de usuários de drogas, beneficiarem Santa Catarina.

De acordo com a secretária, existem verbas disponíveis para o tratamento e reabilitação de dependentes químicos, porém falta iniciativa dos governos municipais e estaduais na apresentação de projetos de políticas públicas contra drogas. "A partir de editais, os estados podem participar dos programas do governo federal destinados ao combate às drogas", explicou Paulina.

Na condição de presidente da Frente Parlamentar, Ismael ressaltou que apesar da grande procura e do sofrimento das famílias em busca de locais para internação de viciados em crack, das 2500 vagas que a secretaria pretendia custear, apenas 124 foram requeridas pelos municípios catarinenses. Segundo o deputado, o governo federal paga R$ 800,00/mês por vaga. "Vamos estudar alternativas para capacitar os municípios para acessar os recursos que hoje estão parados em Brasília", informou.

Eskudlark lembrou que o consumo de entorpecentes é uma questão de saúde pública e que atinge diferentes classes sociais, e por isso os governos devem dar destaque especial para estas situações. "Este é um problema de ordem social que não atinge somente os usuários e suas famílias, mas toda a comunidade em geral, pois o consumo contribui para o aumento dos índices de criminalidade", afirmou Eskudlark.

Já a deputada Luciane ressaltou que a primeira iniciativa é fazer com que os municípios avancem em seus projetos para que o estado seja incluído nos programas. Segundo ela, algumas universidades catarinenses já manifestaram interesses nos programas, entre elas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ARQUIVO SENAD

Deputados Eskudlark, Ismael, presidente do Fórum, e Luciane com a ministra

BANCADA FEMININA DEBATE CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE

A pauta de atuação da bancada feminina na Assembleia Legislativa foi dia 31, no Plenário Osni Régis, no Encontro de Mulheres que Atuam no Âmbito Institucional. A atividade fechou o calendário de eventos promovidos no mês de março para celebrar a passagem do Dia Internacional da Mulher. Ao final do encontro aconteceu o lançamento do livro "Os 25 anos da Delegacia da Mulher de Florianópolis: impasses e perspectivas para a base de pantera".

Com a presença de quatro das cinco parlamentares que compõem a bancada feminina – Ada Faraco de Luca (PMDB), Angela Albino (PCdoB), Dirce Heiderscheidt (PMDB) e Luciane Carminatti (PT) –, o encontro contou com a participação de representantes de diversas entidades e órgãos públicos, com destaque para o secretário executivo do Ministério das Relações Institucionais, Cláudio Vignatti, e da coordenadora Estadual da Mulher, Selma Westphal.

"A temática sobre a condição da mulher precisa estar na pauta dos governantes e da sociedade todos os dias, não apenas no mês de março", disse Luciane Carminatti, que coordenou o encontro e listou os temas sugeridos pelas participantes, os quais devem integrar o plano de ação da bancada feminina, que promoverá pelo menos uma reunião mensal para dar sequência às ações.

O papel da bancada feminina, conforme a deputada Angela Albino, "é ser porta-voz das lutas históricas pautadas pelos conselhos e entidades". Garantir recursos no orçamento para as políticas específicas das mulheres, a criação da Defensoria Pública e a plena implantação da Lei Maria da Penha e de seus instrumentos são algumas prioridades levantadas pelas entidades.

A deputada Dirce falou sobre o desafio que é construir políticas públicas para assegurar cidadania às mulheres.

A definição dessas políticas em Santa Catarina, na opinião da deputada Ada, poderia ser amparada por um estudo ou pesquisa sobre a situação socioeconômica das mulheres no estado, ação que a parlamentar sugeriu que seja realizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher.

O trabalho conjunto dos conselhos e das coordenadorias que atuam em prol dos direitos das mulheres é essencial para viabilizar "ações firmes e decisivas", conforme Selma Westphal. "Juntas faremos a diferença", motivou.

Já Vignatti alertou que a bancada feminina e os movimentos de mulheres devem se empenhar no acompanhamento do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária, pois essas são as ferramentas para viabilizar recursos e ampliar as políticas de atendimento reivindicadas no encontro.

No que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher, as entidades são unânimes ao reclamar a ampliação da estrutura existente, a criação da Defensoria Pública e de juizados especiais. O estado de Santa Catarina conta hoje com 23 delegacias especiais de atendimento à mulher, 20 instaladas e três em instalação, três casas-abrigo e apenas um centro de referência efetivamente funcionando, dentre seis já criados.

MIRIAM ZOMER

Encontro com a partiicipação das deputadas Ada, Angela, Dirce e Luciane encerra calendário do Dia da Mulher

LIVRO

As experiências de profissionais que atuam ou atuaram na 6ª Delegacia de Polícia de Florianópolis são relatadas no livro "Os 25 anos da Delegacia da Mulher de Florianópolis, impasses e perspectivas para a base de pantera", lançado no hall da Assembleia Legislativa após o encontro promovido pela bancada feminina. A edição, organizada por Luiz Fernando Neves Córdova, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marilandi do Rocio Teixeira e Caio Ragazzi Paulo Simão, reúne artigos com dados e experiências sobre a atuação dessa que foi a segunda delegacia especializada no atendimento às mulheres a ser criada no Brasil.

"O livro pode fazer com que mais homens e mulheres compreendam que é possível viver em um mundo sem violência", disse Luiz Fernando. A delegada Lucia Stefanovich, uma das fundadoras da Delegacia da Mulher de Florianópolis, contou que na época foi contra a criação de uma delegacia especializada. "Com o passar dos anos mudei de ideia porque percebi que muitas mulheres fragilizadas pela violência familiar, ao procurar uma delegacia, saíam de lá trituradas pela forma como eram atendidas."

AUDIÊNCIA FAZ DIAGNÓSTICO DA SAÚDE NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Reunião aborda correlação dos serviços ambulatoriais e de pronto atendimento com hospitais e também as dificuldades enfrentadas por gestores públicos

ALEXANDRE BACK

Por iniciativa da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, foi realizada dia 6 uma audiência pública no Plenário da Casa para traçar diagnóstico do setor de saúde básica e a situação do sistema hospitalar da região da Grande Florianópolis. Participaram do evento parlamentares, autoridades estaduais e municipais e representantes de organizações não governamentais e entidades de classe.

Os problemas levantados na audiência farão parte de um relatório, que servirá de base para os futuros encaminhamentos propostos pela Comissão. Segundo o presidente da Comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni (PT), a audiência teve por objetivo avaliar a verdadeira situação da Saúde nos municípios que fazem parte da Grande Florianópolis, em especial no que se refere à atenção básica, saúde da família e pronto atendimento, em correlação com os hospitais. "A saúde da família tem que ser a porta de entrada no atendimento do SUS e isto deve ser tratado de forma conjunta entre todos os municípios da região".

O parlamentar deixou claro que os problemas não novos, mas vêm se acumulando no decorrer das últimas décadas e podem vir a se agravar, caso nada seja feito. "O governador herdou uma situação complicada, mas esperamos que cumpra a sua intenção de dar prioridade total à saúde". Na condição de secretário Regional de Desenvolvimento da Grande Florianópolis, Renato Hinnig declarou que as principais reivindicações dos municípios da região são relacionadas à saúde, mas não vislumbra uma solução imediata para o setor. "Os gestores municipais vivem uma agonia diária para manter a estrutura de saúde. Precisamos avançar, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo".

Para o deputado Valmir Comin (PP), o principal motivo da piora nos atendimentos médico-hospitalares em nível municipal tem sido a diminuição nos repasses por parte dos governos estadual e federal. "Nos últimos dez anos a arrecadação estadual aumentou nove vezes, mas os problemas vêm crescendo cada vez mais". Comin levantou ainda o tema dos valores pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cuja tabela estaria defasada. "Se não tivermos uma tabela adequada, realmente os problemas irão se agravar".

Na mesma linha, o deputado Mauro de Nadal (PMDB) acrescentou que de nada adianta os municípios fazerem a sua parte se não houver uma contrapartida do governo federal. Ele cobrou do Legislativo catarinense empenho na luta pela Emenda Constitucional 29, que obrigaria o Executivo federal a investir mais em saúde. "Se não tornarmos obrigatórios os repasses, não caminharemos. Somente pressionando os municípios não iremos a lugar algum. Precisamos cobrar investimentos por parte dos governos estadual e federal para que surjam as mudanças que a sociedade almeja", disse.

FOTOS SOLON SOARES

Público se manifesta na audiência promovida pela Comissão de Saúde, que culmina com relatório que servirá de base para encaminhamentos em busca de soluções

Presidente da Conissão de Saúde, Volnei Morastoni destaca importância da saúde da família no sistema SUS

ESTADO RECONHECE QUE MUNICÍPIOS TÊM ARCADO COM ÔNUS MAIOR

Na condição de representante da Secretaria Estadual de Saúde, Valter Gomes Filho afirmou que o Executivo estadual está aplicando os recursos que obrigatoriamente devem ser destinados no setor, mas reconheceu que o ônus maior dos gastos tem ficado com os municípios.

"Os municípios são os únicos responsáveis no incremento das verbas para a saúde. A maior parte deles tem investido 20% ou mais de seus recursos". Valter acrescentou ainda que o atendimento médico em Santa Catarina vem sendo penalizado pela chamada "judicialização da saúde". O estado, explica, vem sendo obrigado, por força de liminares judiciais, a fornecer medicamentos e tratamentos médicos, retirando anualmente cerca de R$ 50 milhões que poderiam ser investidos em melhorias a atividade médico-hospitalar. "Sabemos que a saúde não tem preço, mas tem custo, que vem aumentando a cada dia, sob a ameaça do setor entrar em colapso", frisou.

Reitor em exercício da Universidade Federal de Santa Catarina, Carlos Alberto da Silva observou que melhoras só serão sentidas se, o aumento dos recursos destinados ao setor vier acompanhado da implantação de uma gestão por indicadores. "A saúde precisa ser pensada com seriedade. Ao invés de fazer novos hospitais, deveriam dar melhores condições de funcionamento aos que já existem".

Destacando a experiência de Florianópolis nas áreas de transplante e em campanhas preventivas, o secretário da Saúde do município, Clézio Espezin, afirmou que a solução passa pelo fortalecimento do SUS e na busca da eficiência nos gestores hospitalares. "Hospitais e leitos há, o que precisamos é vocacionar as unidades, investindo na melhora da gestão". Os deputados Angela Albino (PCdoB) e Sargento Amauri Soares acrescentaram que, mais que quantidade, falta uma política de valorização dos equipamentos hospitalares já existentes na região. "Já temos hospitais suficientes. É preciso agora equipá-los e reforçar seus quadros funcionais", disse Angela.

"É necessário contratar mais, mas também valorizar os servidores já em atividade", acrescentou Soares. A contratação de novos profissionais também foi destacada pela presidente do sindicato dos servidores da saúde (Sindisaúde), Edileuza Fortuna Garcia. "Atualmente há leitos indisponíveis pela falta de servidores. Essa é uma necessidade imediata, que não pode ser ignorada", disse. Participaram da audiência ainda o procurador de Saúde do Ministério Público Federal, Maurício Pessuto, a promotora de justiça estadual Sônia Piardi, o diretor do Tribunal de Contas do Estado, Kliwer Schmitt, e o diretor do Hospital Nereu Ramos, Antônio Miranda.

Deputados e autoridades participam das discussões em torno de mudanças para aperfeiçoar a gestão da saúde pública na região da Grande Florianópolis

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE TRABALHO APROVAM MINIRREFORMA NO EXECUTIVO

Projeto de lei complementar que deve ir a Plenário até o dia 14 recebe três emendas de origem governamental

JONAS LEMOS CAMPOS

Deputados petistas como Morastoni (E) e Dirceu Dresch (D) criticam não acatamento de propostas da bancada; presidente da CCJ, Romildo Titon (C) alega inconstitucionalidade de emendas

A reunião simultânea das comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Trabalho, Administração e Serviço Público, dia 5, teve como destaque a aprovação, por maioria, do projeto de lei complementar que trata da minirreforma da estrutura do governo (PLC nº 8/2011). Das emendas apresentadas, 49 foram rejeitadas (origem parlamentar), e acatadas outras três (origem governamental), entre elas a que mantém as 36 gerências regionais da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina. No dia 6 o projeto começou a tramitar na última comissão técnica, a de Finanças e Tributação, que elaborou um calendário interno de tramitação e marcou reunião extraordinária para o dia 12.

Os deputados petistas Dirceu Dresch e Volnei Morastoni criticaram o não acatamento das 15 propostas enviadas pela bancada à CCJ e questionaram a real finalidade do projeto. "Mais uma vez se demonstra que o objetivo da reforma, feita para diminuir o número de cargos e gastos, não se confirma", disse Dresch. Ele questionou principalmente a não inclusão da emenda que previa a diminuição do número de Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), das atuais 36 para 20. "As secretarias não têm autonomia e nem os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento regional, acarretando apenas um alto custo para a sociedade", observou Dresch. "Estamos de mãos atadas. Se por um lado não podemos criar despesas, também não é permitido que realoquemos recursos", lamentou Morastoni.

Na mesma linha, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) acrescentou que o projeto faz parte de uma estratégia do governo de diminuir os direitos dos servidores públicos. "Percebemos que, ao longo dos anos, estão diminuindo os direitos do funcionalismo. O alvo agora é a licença-prêmio", disse. O deputado Dado Cherem (PSDB) também criticou o não acatamento de emenda, de sua autoria, que propõe agilizar os trabalhos da Secretaria da Administração. "Inconcebível que um técnico da área de informática poderá definir ações de tecnologia de informação de uma secretaria de Estado", disse.

O relator da matéria, deputado Romildo Titon (PMDB), alegou inconstitucionalidade e prejudicialidade para o não acatamento das propostas. "Reconhecemos o esforço dos deputados e o mérito das propostas, mas nos baseamos na Constituição Estadual e no Regimento Interno da Casa na análise de cada uma delas. Foram barradas as que se referiam a direitos privativos do governador, como a criação de despesas ou pela extinção e criação de cargos". A previsão é que o PLC seja votado em Plenário até o próximo dia 14.

OUTROS PROJETOS APROVADOS PELA CCJ

Após a reunião conjunta, a CCJ apreciou uma série de projetos. De autoria do deputado Joares Ponticelli, o PLC nº 6/2011 que determina que as provas dos concursos públicos sejam realizadas nos municípios sede das SDRs. O projeto foi transformado em Indicação, que será enviada para análise do Executivo. A proposta segue ainda para a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Também de autoria de Ponticelli, a PEC 6/2008 regulamenta o cargo de secretário de Segurança Pública como privativo de delegado de polícia, magistrado, membro do Ministério Público ou Oficial Militar do Estado, ativo ou inativo. A matéria segue para votação em Plenário.

Uma proposição do deputado Neodi Saretta (PT), em conjunto com outros parlamentares, foi aprovada: a PEC 4/2011, que prevê que o governo exclua os gastos com inativos do percentual destinado ao setor de Educação. O projeto segue para votação em Plenário.

Aprovado ainda o PL 62/2011, do deputado Gelson Merisio (DEM), que obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no estado a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores. O projeto segue para as comissões de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

AUDIÊNCIA VAI TRATAR DA PONTE HERCÍLIO LUZ

A Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), decidiu realizar audiência pública sobre as obras de restauração da ponte Hercílio Luz, em Florianópolis. O requerimento foi do deputado Sílvio Dreveck (PP). Serão convidados para o encontro, ainda sem data definida, representantes da Empresa Consórcio Monumento, Sistema Fiesc, Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Comin convidou ainda os membros da Comissão para participar de reunião dia 12 de abril, em Brasília, com representantes do Ministério dos Transportes sobre a duplicação do trecho sul da BR 101. Em contrapartida, ficou decidido que representantes do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) e Secretaria de Estado da Infraestrutura serão convidados a participar de reunião da Comissão dia 19 de abril, para debater a situação do quadro rodoviário do Estado.

A ausência de representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT/SC) na audiência pública realizada pela Comissão de Transportes dia 28 de março, na Assembleia Legislativa, será registrada em ofício de protesto que deverá ser enviado ao Ministério dos Transportes e à Direção Geral do órgão em Brasília.

MIRIAM ZOMER

Parlamentares autorizam Exeuctivo a adquirir por compra, em Florianópolis, área de 476.108,63 metros quadrados

APROVADO PROJETO QUE ABRE CAMINHO PARA AEROPORTO

Deputados dão sinal verde para aquisição, permuta e doação de imóvel

Aprovado em Plenário dia 6 o substitutivo global ao Projeto de Lei 234/08, do Executivo, que autoriza a aquisição, permuta e doação de imóvel para viabilizar o projeto do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz. O Executivo fica autorizado a comprar, em Florianópolis, a área de 476.108,63 metros quadrados, de propriedade da Celesc, avaliada em R$ 11,2 milhões.

Estabelece ainda a proposta que o imóvel será permutado por uma área de 449.346,05 metros quadrados, avaliada em R$ 11,2 milhões, que integra um imóvel de área maior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também na Capital. O Executivo fica autorizado a doar à União a área de 320.085,31 metros quadrados, correspondente à parte do imóvel recebido em permuta com a UFSC.

O donatário do imóvel não poderá, sob pena de reversão, desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de três anos, além de hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente o imóvel.

O projeto teve encaminhamento favorável de todas as bancadas e foi aprovado por unanimidade. A celeridade com que o substitutivo global tramitou na Casa foi enfatizada pelos parlamentares. A alteração do texto foi encaminhada pelo Executivo no dia 4, sendo aprovada nas comissões e no Plenário em apenas dois dias. Os líderes Sílvio Dreveck (PP), Dado Cherem (PSDB) e Manoel Motta (PMDB) elogiaram o encaminhamento.

Os líderes do PT, Dirceu Dresch, e do PDT, Sargento Amauri Soares, manifestaram preocupação com a continuidade do treinamento e qualificação dos funcionários da Celesc, uma vez que o projeto cede a área para a UFSC. O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), afirmou que há acordo com a UFSC para que a Celesc continue utilizando as instalações do centro sem nenhum custo.

DEFINIDAS ESCOLAS PARA PARLAMENTO JOVEM

Sob o comando de seu presidente, deputado Joares Ponticelli (PP), a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira sorteou, dia 6, as escolas para 12ª edição do Parlamento Jovem. As escolas selecionadas deverão indicar os 40 estudantes que terão a oportunidade de vivenciar uma jornada parlamentar, no período de 9 a 11 de agosto. Oito escolas, uma de cada região catarinense, foram sorteadas para a próxima edição do programa. Cada uma delas selecionará cinco representantes para compor a bancada de 40 deputados-estudantes. Essa oportunidade de conhecer e atuar no Legislativo é oferecida pelo programa em duas edições anuais.

CONFIRA AS PARTICIPANTES DA 12ª EDIÇÃO

Região Sul
Escola de Educação Básica Abílio César Borges
Nova Veneza

Meio Oeste
Escola de Educação Básica Dom Orlando Dotti
Caçador

Vale do Itajaí
Escola de Educação Básica Nereu Ramos
Itajaí

Oeste
Escola de Educação Básica Rodrigues Alves
Saudades

Planalto Serrano
Escola de Educação Básica Manoel Cruz
São Joaquim

Grande Florianópolis
Colégio Adventista de Florianópolis – Estreito
Florianópolis

Planalto Norte
Centro de Educação de Jovens e Adultos
Canoinhas

Nordeste
Escola de Educação Básica Nereu Ramos
Itapoá

NA TRIBUNA

GESTÃO PÚBLICA

O 2º vice-presidente da Assembleia, deputado Nilson Gonçalves (PSDB), vai representar o Poder Legislativo no 9º Seminário Binacional sobre Gestão Pública e o Papel das Empresas no Âmbito das Municipalidades Hispano-Brasileiras, de 11 a 15 de abril, em Santander, Espanha. O evento é promovido pelo Instituto Ambiental Biosfera e Prefeitura de Santander. Além das conferências, palestras, debates e visitas a projetos municipais, Gonçalves também receberá, em nome do Parlamento, uma medalha de reconhecimento em Desenvolvimento Sustentável por projetos ambientais.

Gonçalves: reconhecimento

CÓDIGO FLORESTAL

Na tribuna dia 5, o deputado Darci de Matos (DEM) fez referência à mobilização que reuniu em torno de 20 mil agricultores em Brasília, que reivindicam ao Congresso Nacional a aprovação do Código Florestal Brasileiro. "A aprovação é urgente", afirmou.

Em aparte, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) lembrou que Santa Catarina foi pioneira e deu exemplo quando aprovou seu Código Ambiental. Darci falou ainda sobre os entendimentos para reativação do Fórum Parlamentar da Micro e Pequena Empresa na Assembleia Legislativa.

Darci: urgência

ENERGIA

Os blecautes de energia elétrica em municípios do interior catarinense têm se tornado comuns, de acordo com o deputado Dirceu Dresch (PT), que propôs a realização de audiência pública para esclarecimetos.

"A demanda de energia elétrica é a primeira consequência do crescimento no país." A entrada, na Assembleia Legislativa, de projeto que isenta de ICMS o pinhão comercializado em Santa Catarina foi outro assunto comentado pelo parlamentar, autor de projeto sobre o tema que foi vetado pelo governo em 2009.

Dirceu: blecautes no interior

BR-376

A situação da rodovia BR-376, que liga Santa Catarina ao Paraná, foi criticada pelo deputado Kennedy Nunes (PP). Em razão das chuvas de março, a pista cedeu em vários pontos e sofreu quedas de barreira. Kennedy cobrou da concessionária Autopista Litoral Sul a imediata recuperação dessa que é a principal ligação com o estado do Paraná.

Kennedy: recuperação

CERTIFICAÇÃO E TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL

RECONHECIMENTO ÀS EMPRESAS E INSTITUIÇÕES QUE DÃO VIDA AO SEU PAPEL SOCIAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL Certificação

ATITUDE DE VALOR CATARINENSE

Inscreva o balanço social da sua empresa privada ou entidade com fins não-econômicos. São duas modalidades de reconhecimento: Certificação de Responsabilidade Social e Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC.

Mais informações pelo telefone (48) 3221-2919 ou pelos endereços de e-mail rsocial@alesc.sc.gov.br e comissaorsocial@gmail.com

Inscrições: www.alesc.sc.gov.br/responsabilidadesocial até o dia 30 de junho de 2011.

Realização:

Parceiros: